A conquista da diversidade

O Fórum Social Mundial identifica expectativas de mudança no modelo econômico e aponta alternativas

JOÃO ROBERTO LOPES



AS DIFERENtes expectativas sobre o que seria o Fórum Social Mundial, ocorrido em janeiro último, na cidade de Porto Alegre, não chegam perto da diversidade de impressões sobre o que de fato aconteceu na capital gaúcha. Isso já demonstra a grande repercussão alcançada pelo Fórum, inesperada até para o mais otimista de seus organizadores.

Marco histórico

Nos primeiros dias de trabalho não se conseguiria antecipar que sentido iria predominar no encontro.

Mais de mil representantes da imprensa mundial, 4.600 delegados inscritos, representando organizações civis de todo o mundo. Eram 1.500 estrangeiros vindos de aproximadamente cem países.

Os dias de trabalho estavam organizados em 16 painéis pela manhã, distribuídos por eixos temáticos, mais de 300 oficinas de trabalho à tarde e 20 testemunhos de líderes políticos à noite.

Em meio a tal pluralidade e a uma intensa e assídua participação nos trabalhos, os contornos do que acontecia foram se delineando ao longo do próprio evento. Sem dúvida, os significados e resultados que podemos vislumbrar, embora gestados em movimentos anteriores, são produto direto desse grande encontro da diversidade.

O Fórum Social Mundial significou, sem dúvida, uma novidade e um marco histórico na cooperação entre sociedades civis nacionais.

Bandeiras e resistências

O Fórum foi além do sentido inicial de contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que há mais de 30 anos reúne grandes empresários e representantes de governos em Davos, na Suíça, para a realização de negócios. Partindo de um efeito apenas simbólico, chegou-se à identificação de uma agenda internacional capaz de aproximar e gerar cooperação efetiva entre os povos.

Os que sofrem em seus países a aplicação da agenda única da liberalização comercial e financeira tiveram, em Porto Alegre, a primeira oportunidade de se identificar na coincidência e na interdependência de suas bandeiras e resistências.

O diagnóstico sobre a desestruturação das sociedades nacionais derivadas da globalização neoliberal revelou-se consensual entre os participantes.

Controle social do mercado

De um lado, a desregulamentação do mercado promovida pelas grandes corporações e pelos organismos multilaterais, impondo a flexibilização das relações de trabalho e da legislação sobre a propriedade intelectual e o meio ambiente. Na mesma trilha,



o livre fluxo de mercadorias e capitais financeiros levando, particularmente países como o Brasil, a um modelo que combina juros altos e dependência excessiva do mercado externo – modelo responsável pela interdição do crescimento e dos gastos sociais.

De outro lado, a liberalização como responsável por uma absurda concentração, via fusões e aquisições, de capitais nas mãos de corporações multinacionais que exercem, sobre Estados nacionais já débeis, um controle que privatiza recursos públicos.

Para os participantes do Fórum Social, trata-se de estabelecer um controle social sobre o mercado, sem o que não há possibilidade de produção de bens coletivos que faça reverter o atual processo de exclusão.

Agenda em marcha

Hoje pode-se dizer que há uma defesa comum, entre importantes setores das sociedades civis nacionais, da biodiversidade, de uma agricultura livre de transgênicos, de um desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável, dos direitos dos trabalhadores, da promoção do mercado interno, do controle dos fluxos financeiros e de alternativas cooperadas de produção, comercialização e crédito.

O próprio resgate do setor estatal para sua finalidade pública, via democracia participativa, representa outra importante bandeira para a restituição dos investimentos sociais e da capacidade reguladora do Estado.

Para alguns restaria apontar como pôr em prática essa agenda, como se propostas nesse sentido já não estivessem sendo ensaiadas. Em Porto Alegre mesmo foram expostas várias iniciativas de caráter local e regional que apontam caminhos possíveis.

Alternativas brasileiras

No caso brasileiro, por exemplo, destacam-se iniciativas como o orçamento participativo, que permite a participação social no destino dos recursos públicos; a proibição por governos municipais e estaduais da produção e comercialização de alimentos transgênicos; e o incentivo à agroecologia.

Outro exemplo são as diversas experiências em que trabalhadores desempregados, subempregados ou na iminência de perder o emprego se associam, reiventando os sistemas de produção e distribuição da riqueza. São redes de trocas solidárias, cooperativas de microcrédito, serviço e produção. No Brasil, já ultrapassa 200 o número de iniciativas em que os trabalhadores associados tomam conta da produção de empresas, a maioria delas falida na última década.

Embora as experiências locais e regionais exibam um efeito demonstrativo e se encontrem muitas vezes associadas em rede, é certo que não são suficientes para a construção de um modelo alternativo. Até porque, em casos como nas respostas macroeconômicas, impõem-se iniciativas e propostas em âmbito nacional.

Campos de ação

Mesmo propostas de abrangência internacional, como a taxação sobre transações financeiras, anulação da dívida dos países do Sul e demoratização dos organismos multilaterais, dependem da mediação das esferas nacionais.

Talvez aqui esteja uma das maiores contribuições do processo iniciado pelo Fórum Social Mundial. Uma vez aproximadas as lutas e movimentos de resistência civil de diferentes nações, cria-se um ambiente internacional favorável, solidário à recuperação da esfera nacional como campo de ação e proposição daqueles que resistem à ordem neoliberal imperante.

É notório o atual esvaziamento político dessa esfera de atuação, que ocorre na proporção direta do definhamento do Estado nacional em benefício do mercado. A relação entre o local e o internacional não pode prescindir do elo nacional.

Certamente, com a restauração da luta política nas diferentes arenas nacionais, em diálogo permanente como as duas outras esferas, um outro mundo será possível.

João Roberto Lopes é pesquisador do Ibase e doutorando em ciência política pelo Iuperj.